

Medidas legais de 3 de outubro de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Decreto nº 11.216, de 30 de setembro de 2022 DOU 1 Extra B de 30/9/2022 Visualizar medida	“Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022”. Explicação: altera o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal.
Despacho do Presidente da República DOU 1 Extra B de 30/9/2022 Visualizar medida	Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2022. Exposição de Motivos Interministerial nº 350, de 29 de setembro de 2022 (em conjunto com a CGU).
Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	“Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”. Explicação: disciplina o processo de licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, estabelecendo, entre outros, os procedimentos para a realização do certame; condições para a condução do processo; fase preparatória; forma de divulgação do edital e da licitação; forma de apresentação das propostas e lances; e a forma de julgamento. Esta Instrução entra em vigor em 1º de novembro de 2022
Portaria SECEX nº 216, de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	“Altera a Portaria nº 44, de 24 de julho de 2020, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de drawback”. Explicação: entre outros, altera a Portaria para estabelecer que: i) as suspensões de que tratam o artigo 2º aplicam-se às importações realizadas pelas empresas optantes pelo Simples Nacional; ii) serão admitidas no regime de drawback de suspensão as embalagens de transporte, desde que integrantes do processo de industrialização para alteração da natureza de funcionamento, utilização, acabamento ou apresentação do produto a ser exportado, ou componentes das operações referidas no §3º, ressalvados contêineres, pallets, sacaria de juta e demais invólucros ou recipientes que retornem ao território aduaneiro brasileiro; iii) a pessoa jurídica beneficiária do Drawback de Suspensão poderá utilizar a operação de exportação por conta e ordem de terceiros sendo considerada exportadora a empresa detentora do ato concessório e contratante da exportação por conta e ordem; iv) o prazo de vigência do regime de drawback suspensão será de um ano, contado a partir da data de deferimento do ato concessório. Esta portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

Resolução CMN nº 5.037, de 29 de setembro de 2022 Visualizar medida	<i>“Altera e consolida os atos normativos que dispõem sobre o Sistema de Informações de Créditos (SCR)”.</i> Explicação: dispõe sobre o SCR, constituído de informações remetidas ao BCB sobre operações de crédito. Entre outros, o SCR tem como finalidade: i) prover informações ao BC, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para exercício de suas atividades de fiscalização; e ii) propiciar intercâmbio de informações entre instituições financeiras e entre demais entidades, sobre o montante de responsabilidade de clientes em operações de crédito. A medida entra em vigor em 1º de novembro de 2022.
Portaria SENACON nº 9, de 28 de setembro de 2022 Visualizar medida	<i>“Institui o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria (PNCP) - Destaques do Ano”.</i> Explicação: dispõe sobre o PNCP, iniciativa que tem por objetivo destacar, por categorias, acadêmicos, organizações e entidades privadas, assim como entidades e servidores públicos que se destacaram na proteção aos direitos de propriedade intelectual e/ou no enfrentamento à pirataria e aos demais delitos contra a propriedade intelectual, em um período determinado, visando trazer maior visibilidade à questão. As inscrições serão efetivadas de acordo com as ações que tenham sido realizadas em qualquer localidade do Brasil, no período de outubro de 2021 a outubro de 2022. O período de inscrições será do dia 3 a 23 de outubro, através do preenchimento de formulário de inscrição que deverá ser disponibilizado pelo MJSP. A documentação comprobatória das informações prestadas no formulário deve ser encaminhada por meio do e-mail cnpc@mj.gov.br. O PNCP 2022 será dividido nas seguintes categorias/eixos: i) Educacional; ii) Econômico/produtivo; e iii) Preventivo/Proteção. Caberá à Secretaria Executiva do CNCP a gestão do PNCP a ser entregue em 2022.
Aviso de Tomada de Subsídio SEAE nº 1/2022 Visualizar medida	Abre Tomada de Subsídio, até o <u>dia 4 de novembro</u>, sobre a proposta do Plano de Trabalho para implementação das recomendações do Peer Review da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a reforma regulatória do Brasil.
Instrução Normativa RFB nº 2.106, de 29 de setembro de 2022 Visualizar medida	<i>“Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.088, de 15 de junho de 2022, que suspende a obrigatoriedade de apresentação de documento original à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para autenticação de cópia simples, prevista no art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e no art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017”.</i> Explicação: altera a IN para estabelecer, entre outros, que no

	caso de haver fundada dúvida quanto à autenticidade ou à veracidade de documento apresentado em cópia simples ou em arquivo eletrônico, ou diante da indisponibilidade de meios para atestá-las, a RFB poderá exigir a apresentação do documento original, a qualquer tempo, para prosseguimento da análise do serviço requerido.
Portaria SETO/ME nº 8.683, de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	<i>“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 101,1 milhões, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.</i> Explicação: entre outros, abre crédito suplementar ao MCTI, no valor de R\$ 150 mil, para Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no âmbito nacional; ao MEC, no valor de R\$ 400 mil, para Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no Estado de Goiás; e ao MCOM, no valor de R\$ 200 mil, para Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, no âmbito nacional.
Portaria SETO/ME nº 8.699, de 30 de setembro de 2022 DOU 1 Extra A 30/09/2022 Visualizar medida	<i>“Transfere recursos entre categorias de programação, constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), no valor de R\$ 12 milhões”.</i> Explicação: entre outros, transfere crédito suplementar ao MCTI, no valor de R\$ 12 milhões, para Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores, no âmbito nacional.
Portaria SETO/ME nº 8.684, de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	<i>“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação (MEC); da Justiça e Segurança Pública (MJSP); da Saúde (MS); da Infraestrutura (Minfra); da Defesa (MD); do Desenvolvimento Regional (MDR); e da Cidadania (MC), crédito suplementar no valor de R\$ 152,7 milhões, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.</i> Explicação: entre outros, abre crédito suplementar ao MEC (i), no valor de R\$ 7,6 milhões, para Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no âmbito nacional; e ao (ii), no valor de R\$ 100 mil, para Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no Estado de Goiás.
Aviso de Audiência Pública nº 1/2022 Prefeitura Municipal de João Pessoa Visualizar medida	Prorroga, para os dias <u>17, 18 e 19 de outubro</u>, a realização da Audiência Pública nº 1/2022, do Programa João Pessoa Sustentável, com vistas a discutir o desenvolvimento de ferramenta web com portal (POGERD) e softwares para dispositivos móveis (APGERD) de Gestão de Riscos e

	Desastres. A Audiência ocorrerá das 9h30 às 12h, e das 14h às 17h, na modalidade virtual, por meio da plataforma Google Meet, com transmissão canal do YouTube. Os interessados em participar da Audiência deverão preencher o Formulário de Inscrição, até <u>7 de outubro</u>. Informações adicionais poderão ser consultadas aqui.
Ato de Pessoal	Objetivo
Portaria ANATEL nº 1.404 de 29 de setembro de 2022 Visualizar medida	Nomear: <u>Felippe Camacho da Paixão</u>, como representante suplente da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça no Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST).
Portaria MEC nº 720 de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>Waldir João Ferreira da Silva Júnior</u>, para exercer o encargo de substituto do Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), CCE 1.17.
Portaria CC/MTur nº 1.176 de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	Exonerar: <u>Fabricio Duarte Tanure</u>, do cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional do Cinema (Ancine).
Portaria IBGE nº 810 de 16 de setembro de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>Arnaldo Lyrio Barreto</u>, para exercer a função de Diretor-Adjunto da Diretoria de Tecnologia da Informação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), FCE - 1.14.
Portaria SPE/ME nº 11.303 de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	Exonera: <u>Yuri Medeiros de Andrade</u>, do cargo de Coordenador de Indicadores Econômicos da Coordenação-Geral de Projeções Econômicas da Subsecretaria de Política Macroeconômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME), DAS 101.3.
Portaria MTP nº 3.078 de 30 de setembro de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>Ana Paula Prado Guimarães Burégio</u>, para exercer a função de Coordenador de Monitoramento e Execução Contratual da Coordenação-Geral de Contratos e Aquisições, da Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), FCE 1.10.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.